

# Indicadores

## do sistema carcerário brasileiro (\*)

O ano de 2017 começa marcado pela crise do sistema prisional brasileiro. As rebeliões já vitimaram 136 detentos e a crise parece não ter fim.

O absurdo número de mortes violentas ocorrido em 2016 (379 segundo levantamento do Portal G1) tende a ser superado, com folga.

Uma barbárie que ocorre sem que o Estado demonstre capacidade ou vontade de reagir.

A Anistia Internacional calcula que, no ano de 2016, 1600 pessoas foram executadas nos países em que a pena de morte é admitida.

Já no Brasil, que não prevê a pena de morte como sanção, quase ¼ desse

número de pessoas foram executadas nos presídios.

Em Minas Gerais ocorreram 6 desses assassinatos.

A Seção **"INDICADORES"** do **Observatório Social do Judiciário** traz, em sua estreia, de maneira simples e direta os principais números que ajudam a compreender a extensão da crise e as mazelas do encarceramento em massa que ocorre em nosso país.

As fontes consultadas foram: Infopen (informativo de dados penitenciários do Ministério da Justiça), World Prison Brief, CNJ e Jornal O Tempo (edição de 16.01.2017).

## O Brasil tem a quarta população carcerária do mundo em números absolutos

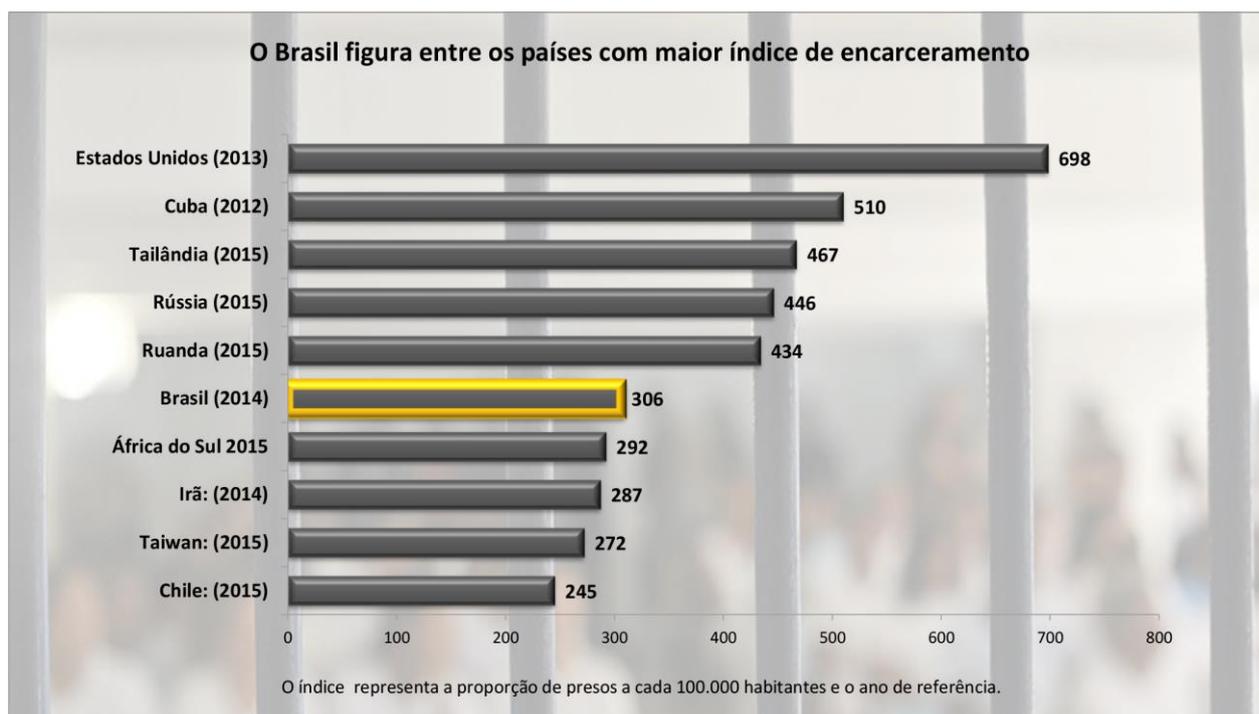




**Em Minas Gerais**, o sistema prisional abriga 61392 pessoas, sendo 5050 em delegacias e carceragens. Dos 56342 restantes, que se encontram nos presídios, 2908 são mulheres e 53434 são homens. 25662 são presos provisórios.

## O Brasil figura entre os países com maior índice de encarceramento

O índice abaixo representa a proporção de presos a cada 100.000 habitantes e o ano de referência.

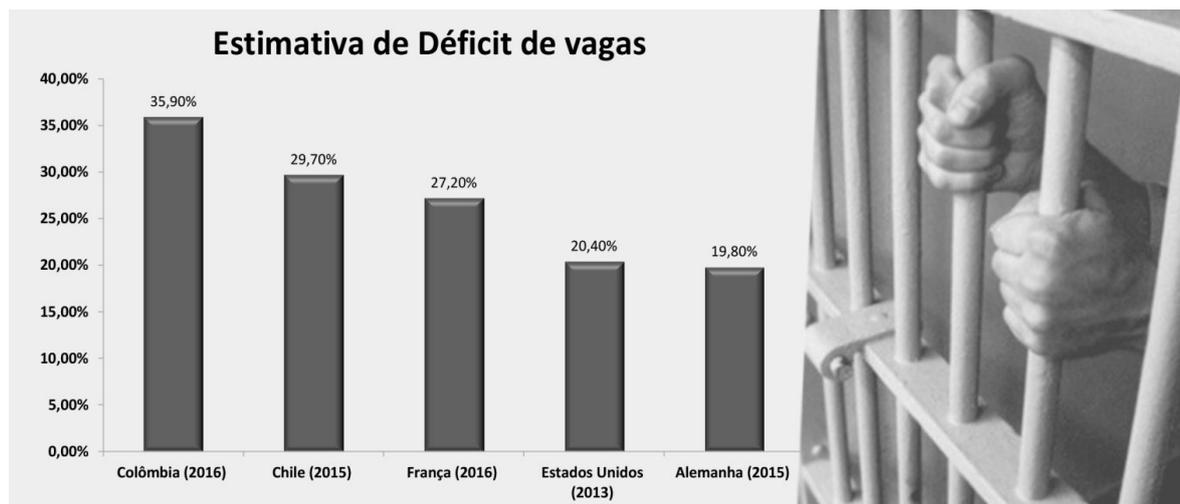


## Déficit de vagas

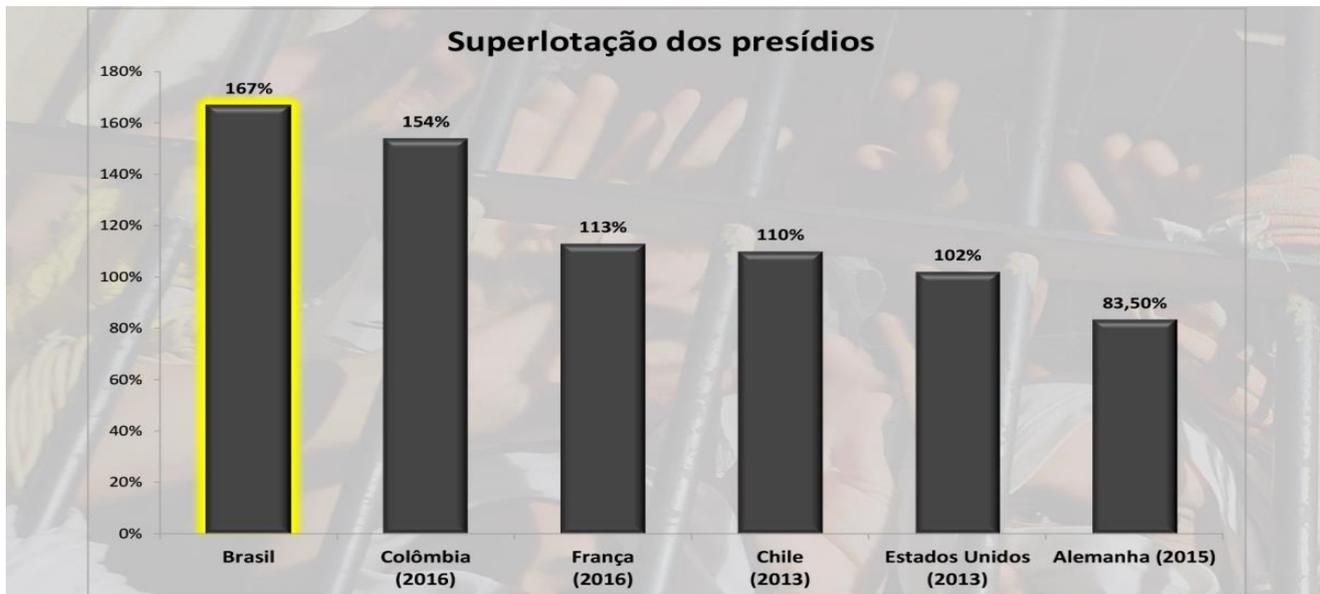
**O déficit de vagas estimado no Brasil chega a 250.318.**

No entanto, dessa população já encarcerada, 40% dos presos são provisórios, o que dá um número próximo: 249.668 presos.

Veja abaixo a comparação com outros países em relação aos presos provisórios (sem condenação em primeira instância):



**A superlotação dos presídios não é um fenômeno brasileiro.** Outros países também tem uma população carcerária superior ao número de vagas disponíveis. A taxa de ocupação no Brasil chega a 167%. Veja abaixo as taxas de ocupação de outros países:



**Em Minas Gerais há 29073 presos a mais nas celas** do que a capacidade estimada de 32758 presos, ou seja, quase o dobro da capacidade. O governo prevê a criação de 1120 vagas em 2017.

## Evolução da população prisional/Brasil (2000/2014)



**Em Minas Gerais**, a população carcerária saltou de 7.000 para 69.000 presos de 2004 a 2017, um crescimento de quase 9005 em 13 anos.

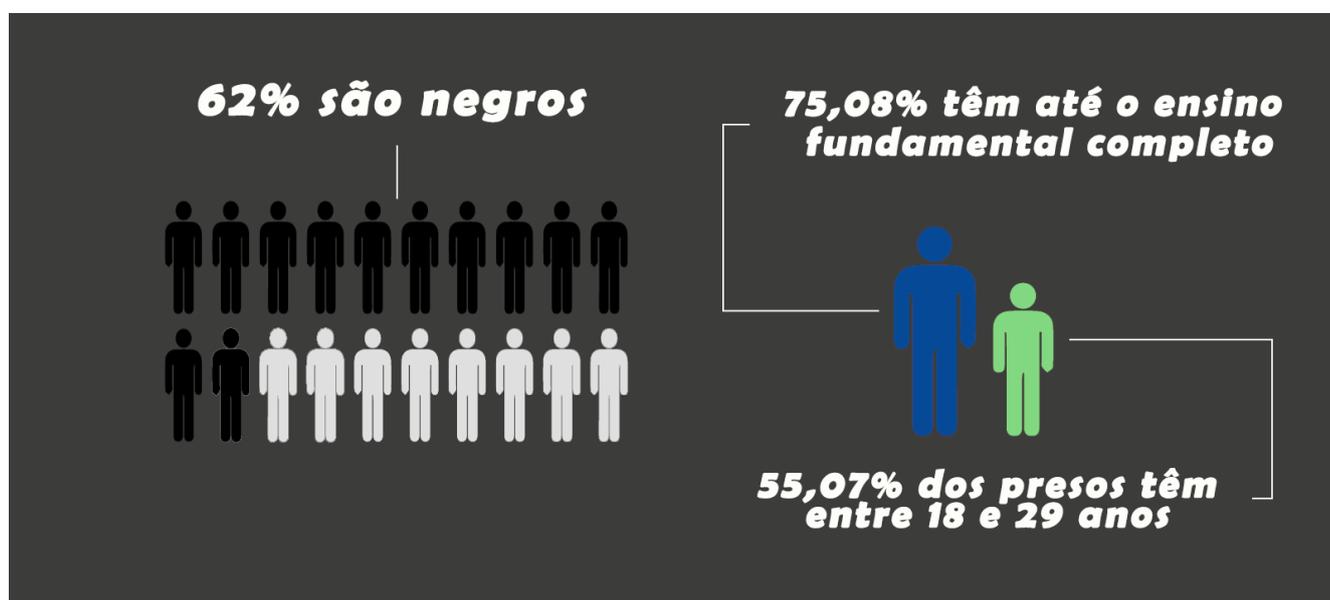
## **Perfil delitivo**

---

A população carcerária é majoritariamente jovem e negra. 55,07% dos presos têm entre 18 e 29 anos; 62% são negros; 75,08% têm até o ensino fundamental completo. Note-se que a população de 18 a 29 anos corresponde a 18,90% do total nacional, mas é majoritária no sistema prisional.

Esse percentual é ainda mais elevado em alguns estados como o Pará e Amazonas.

Pelo menos 48 % são acusados por **crimes em que não foi usada diretamente a violência**, como: tráfico de drogas: 27%; furto: 11%; porte de arma: 7%; receptação: 3%.



## **Saúde**

Um preso tem 28 mais chances de contrair tuberculose, mais propensão a ter HIV e uma taxa de mortalidade criminal três vezes superior à da população em geral. A cada 100 pessoas presas em dezembro de

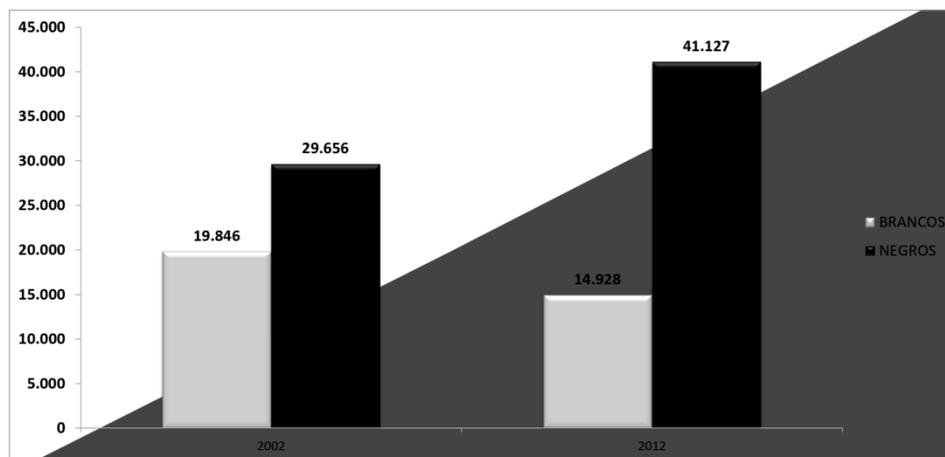
2014, 1,3 viviam com HIV. Da mesma forma, 0,5% da população prisional vivia com sífilis, 0,6% com hepatite, 0,9% com tuberculose e 0,5% com outras doenças.

# Homicídios no Brasil: uma guerra não declarada (perfil econômico, escolar e racial)

---

**Em 2016, 59.627 pessoas foram assassinadas em todo o Brasil.**

Considerando uma década (2002 – 2012), o número de assassinatos de pessoas brancas diminuiu, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, mas as vítimas negras aumentaram de 29.656 para 41.127, no mesmo período.



A maioria dos assassinados é composta por: jovens negros, do sexo masculino, com idade entre 15 e 24 anos, escolaridade baixa e moradores da periferia.

## Mulheres

---

No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%. A média de mulheres encarceradas é de 5,8% em todo o país. Em torno de 68% dos casos, a

vinculação penal é por envolvimento com o tráfico de drogas "não relacionado às maiores redes de organizações criminosas".

## Educação

---

Os reclusos que participaram de programas de educação correcional tiveram probabilidades 43% menores de reincidir do que os presos que não o fizeram. Cada dólar gasto em educação na prisão poderia economizar até cinco dólares em custos de três anos de reinserção. Segundo a Lei de Execução Penal, cada 12 horas de frequência escolar

equivalem a um dia a menos de pena. Em 2014, 13% da população prisional participava de alguma atividade educacional, formal ou não, sendo 11,1 % em atividades do ensino formal e 1,9% em atividades de remição através da leitura, esporte ou outras atividades educacionais não formais.

# Trabalho

---

O percentual de pessoas presas que trabalha é de apenas 20% nacionalmente. 1 a cada 4 presos que trabalha executa sua atividade externamente à unidade prisional.

55% dessas vagas foram obtidas por meios próprios ou iniciativa do próprio preso ou se prestam a tarefas internas de apoio nos próprios estabelecimentos prisionais. Estima-se que 40.000 presos executem

tarefas de apoio à administração dos presídios, tais como limpeza, alimentação, atividades de escritório, lavanderia, conservação, etc.

38,06% desses detentos não recebem remuneração pelo trabalho. 57,04% recebem até um salário mínimo e 4,7% recebem entre 1 e 2 salários mínimos. 0,2% recebem mais que 2 salários mínimos.



**Em Minas Gerais, 24% da população carcerária trabalham, percentual acima da média nacional.**

## Gestão do sistema provisional

---

A gestão é pública em mais de 90% das unidades.

Em 15 estados as unidades sob gestão pública representam um valor próximo ou igual a 100%.

Apenas nos estados do Amazonas e Bahia essa proporção é menor com

aproximadamente 25% das unidades funcionando em regime de cogestão.

Apenas seis estados têm unidades geridas por organizações sem fins lucrativos e apenas o Estado de Minas Gerais possui parcerias público-privadas.

**(\*) Elaboração: Cacau Pereira e Walter Jr., respectivamente Consultor e Assessor da diretoria do Sinjus.**